

# **Reforma agrária no Baixo Amazonas (PA) é tema de reunião promovida por comunidades tradicionais e MPF**

**Procuradora da República Thaís Medeiros da Costa em evento sobre reforma agrária, em Santarém (PA), em 1/8/2025. Foto: Bob Morales/MPF.**

Encontro em Santarém reuniu lideranças comunitárias, MPF, MPPA e Incra para debater a titulação de terras e a violência na região

Reforma agrária no Baixo Amazonas (PA) é tema de reunião promovida por comunidades tradicionais e MPF

Encontro em Santarém reuniu lideranças comunitárias, MPF, MPPA e Incra para debater a titulação de terras e a violência na região

A regularização fundiária em territórios tradicionais e os graves conflitos agrários que assolam a região do Baixo Amazonas, no Pará, foram tema de uma reunião pública nesta segunda-feira (1), em Santarém, no oeste do estado. Promovido por uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (STTR) do município e o Ministério Público Federal (MPF), o evento reuniu lideranças comunitárias e representantes de órgãos públicos em busca de soluções para a violência no campo.

Realizada na sede do STTR, a reunião contou com discussões sobre os desafios enfrentados por Projetos Agroextrativistas,

Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Territórios Quilombolas. As principais pautas foram a invasão de terras por grileiros e madeireiros, a demora na fiscalização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a falta de acesso a políticas públicas para os assentados e a sobreposição de Cadastros Ambientais Rurais (CARs).

Além da procuradora da República Thaís Medeiros da Costa representando o MPF, o debate contou com a presença da promotora de Justiça Lílian Regina Furtado Braga, do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), e do superintendente regional do Incra, José Maria de Sousa Melo. Os representantes dos órgãos públicos se comprometeram a atuar em suas respectivas esferas para ajudar a solucionar os impasses.

Carta política – Ao final do evento, lideranças de movimentos sociais, organizações não governamentais e associações de assentamentos apresentaram uma minuta de carta política com uma série de exigências aos órgãos públicos. O documento, que ainda passará por aprovação final, será entregue formalmente ao MPF e a outras instituições responsáveis pela reforma agrária e pelo controle da administração pública.

O texto foi elaborado por entidades como o STTR de Santarém, a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), a organização Terra de Direitos, a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista Lago Grande (Feagle), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase Amazônia) e outras federações e conselhos dos assentamentos. Também participaram da elaboração o fórum dos Projetos Agroextrativistas de várzeas e o coletivo Guardiões do Bem Viver. Os autores do documento reforçam a importância da reforma agrária para proteger comunidades agroextrativistas, quilombolas e de agricultura familiar.

A carta ressalta o papel desses territórios na produção de alimentos, na preservação da floresta e na manutenção da

cultura e identidade afro-brasileira. Entre as principais exigências, o documento pede:

- Aumento do quadro de membros, servidores e assessores nos Ministérios Públicos da Amazônia;
- Maior orçamento e agilidade na fiscalização do Incra para a retirada de invasores e para a demarcação e titulação de territórios quilombolas, além da ampliação do quadro do Instituto, com a posse de 40 novos servidores até outubro;
- Acesso a políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Manutenção da integralidade dos assentamentos coletivos;
- Mais investimentos em políticas de saúde e educação no campo;
- Que o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e o Incra acelerem a demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas e que o governo federal destine terras públicas para a criação e ampliação de assentamentos;
- Criação de mecanismos integrados para a proteção de lideranças ameaçadas de morte e para o enfrentamento ao crime organizado nos territórios.

A carta será formalmente entregue após a homologação final de seu texto pelos movimentos sociais e organizações envolvidas.

Fonte: Ministério Público Federal no Pará/Jornal Folha do Progresso e Publicado Por: <https://www.adeciopiran.com.br> em 04/09/2025:18:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>